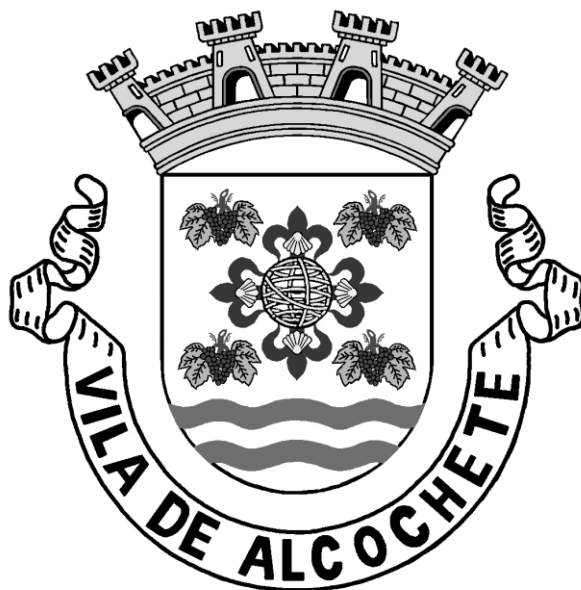




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 02 /18

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 20 DE ABRIL
DE 2018**

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Ricardo Alexandre Gomes Loureiro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Susana Isabel Marques Pereira Maia, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Rodolfo Soares Marques Pereira.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e João Ricardo Figueiredo Lopes.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista e Francisco Maria Viseu Gomes da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete; Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo de ordem profissional assim como Fátima Vieira e Luís Afonso, tendo sido substituída por Rui Manuel da Graça Santa.(Doc 1 e 2 anexos à Minuta da Ata)

- Ana Mafalda Boieiro Marques, por se encontrar ausente do país, assim como João Marques por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Alexandra Isabel Silva Brás.(Doc 3 e 4 anexos à Minuta da Ata)

- Bruno José Pereira Soares, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Diogo da Silva Mourão.(Doc 5 anexo à Minuta da Ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, José Luís dos Santos Alfélua,

Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, ao abrigo da alínea c) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão as seguintes atas:

- Ata da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2017:

Após alguns pedidos de alteração ao texto pelas bancadas do PS e CDU, por proposta do presidente da Assembleia Municipal o assunto passou para posterior deliberação.

- Ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2018:

Após alguns pedidos de alteração ao texto pelas bancadas do PS e CDU, por proposta do presidente da Assembleia Municipal o assunto passou para posterior deliberação.

Ao abrigo da alínea e) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Colocou as seguintes questões:

- Dá boa nota à construção de uma passadeira desnivelada junto à escola de S. Francisco, fazendo votos para que este tipo de obra seja extensível a outras escolas do concelho, alertando porém, para a situação do estacionamento em espinha junto à Escola da Restauração.

- Frisou o mau estado em que se encontram as ribeiras que circundam a vila de Alcochete, solicitando por isso a sua limpeza.

- Questionou para quando a abertura da via que dá acesso ao restaurante “O Arrastão”. Apesar de ter conhecimento de problemas existentes entre os proprietários da mesma e os promotores do complexo “Praia do Sal”, entende que a Câmara deveria ter intervenção, no sentido de quanto mais não fosse, repor aquilo que era direito de passagem de acesso às propriedades que ali se encontram, tanto mais, que como está causa transtornos a quem reside na zona.

- Relativamente aos mariscadores, entende que o problema se vem agravando de dia para dia na vila de Alcochete, tornando-se por isso necessário que sejam tomadas medidas.

- Questionou a colocação de baias junto à igreja Matriz e igreja da Misericórdia.

- Rodolfo Pereira:

Chamou a atenção para o período crítico que se avizinha no que respeita à proliferação de carraças e outros parasitas, tanto mais que as ervas e arbustos se encontram descontrolados como nunca se viu antes, dando como exemplo o largo da Feira. Face á situação, questionou que dificuldades tem o executivo no momento, ou que encontrou, para não conseguir dar resposta a esta situação com a qual se comprometeu em campanha eleitoral.

Os deputados Ana Luísa Lourenço e Henrique da Câmara entregaram na Mesa dois requerimentos, aos quais solicitam resposta por escrito e que ficam anexos a esta ata como **Docs 1 e 2** respetivamente.

- Susana Maia:

Solicitou esclarecimentos sobre a situação em que se encontram as obras da Escola da Restauração, dado que já deveriam ter terminado por altura do Carnaval. Também questionou se o executivo tinha conhecimento das fotos que circulavam demonstrativas do seu mau estado, e em face da situação, quando seriam solucionados os problemas?

- Francisco Gomes:

Congratulou-se com a criação do Conselho Municipal da Juventude, (proposta defendida pelo PSD na Assembleia) e que visa dar voz aos jovens.

Informou que tem sido contactado por estudantes universitários, dando conta que as condições que encontram em termos de horários na Biblioteca Municipal não satisfazem as suas necessidades em épocas de exames, pelo que sugerem que os horários possam ser reajustados o mais breve possível.

- João Lopes:

Saudou os novos órgãos sociais da FAPECA e agradeceu a presença do presidente da Junta de Freguesia de Samouco que cedeu as instalações, da presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, presidente da Câmara, diretora do Conselho do Agrupamento de Escolas e vereadores Estêvão Boieiro e Pedro Louro. Acima de tudo foi aberto o debate para que os diversos *players* ligados à educação no concelho de Alcochete pudessem desenvolver um conjunto de temas que têm estado parados.

Endereçou os parabéns ao Futebol Clube de S. Francisco pela conquista da Taça de *Futsal*.

Relativamente a esta modalidade, frisou que na sua opinião, a mesma poderia ser melhor aproveitada no concelho, explicando como.

- Diogo Mourão:

Em relação à reabertura da rua João Facco Viana, questionou se a mesma é definitiva ou apenas provisória (apenas e enquanto durarem as obras de requalificação do Miradouro Amália Rodrigues).

- Presidente da Câmara:

Sucintamente esclareceu/informou:

A solução (passadeira desnivelada) tardou em surgir junto ao Centro Escolar de S. Francisco, mas é o primeiro passo de muitos outros que o executivo pretende dar, no intuito de preservar os níveis de segurança, nomeadamente junto às escolas. Estão a estudar o caso do estacionamento em espinha no sentido de verificar se as soluções que se apresentam serão melhores que a existente.

Considerou a informação sobre as ribeiras incompleta, dado já se ter procedido à limpeza de algumas, dando como exemplo a que fica junto ao estabelecimento “Intermarché” e a que atravessa S. Francisco. Mais referiu, que estão a ultimar procedimentos para tratamento dos mosquitos e das baratas em todas as freguesias, com especial incidência para a Junta de Freguesia de S. Francisco.

Explicou o motivo pelo qual a via que serve o estabelecimento “O Arrastão” continua encerrada. A obra foi embargada e a Câmara não tem competência jurídica para proceder ao seu desembargo, pelo que apenas poderá ajudar à mediação das negociações para que o assunto fique resolvido.

O problema dos mariscadores é uma preocupação de todos quer na vila de Alcochete quer na freguesia de Samouco. À Câmara compete desenvolver esforços para que todos aqueles com competência na matéria, a GNR e os diversos ministérios e organismos relacionados com o Ambiente, Economia, Administração Interna, SEF, Capitania do Porto de Lisboa, enfim um conjunto alargado de entidades que regulam esta atividade, fiquem sensibilizados para que sejam desenvolvidos todos os esforços na procura da solução.

Já foram remetidos dez ofícios a entidades para marcação de uma reunião, mas até agora apenas três responderam mostrando-se disponíveis para vir a Alcochete para uma abordagem objetiva do tema (também em conjunto com as autoridades locais), aguardando-se resposta dos restantes até ao final do mês de maio.

Relativamente às baías nas igrejas, esclareceu que quando ocorreu a queda de pedras da torre da igreja matriz, desde logo houve a preocupação de em diálogo com o pároco da Fábrica Paroquial de Alcochete disponibilizar os serviços de Proteção Civil para delimitação do perímetro de segurança no próprio dia e colocar-se à disposição para o que eventualmente viesse a ser necessário.

A igreja da Misericórdia (onde funciona o Núcleo de Arte Sacra) é propriedade da Santa Casa da Misericórdia e a Câmara tem desde há muitos anos um protocolo com esta, sendo a conservação e manutenção competência da Câmara. Dados os problemas que o

edifício vem apresentando (infiltrações e queda de telhas entre outros) colocaram-se baias para dar a entender a quem circula na zona que esta oferece alguma perigosidade.

Mais informou, que foi aprovada uma candidatura no Quadro Comunitário vigente para ajudar a resolver os problemas que o edifício apresenta.

Ficou perplexo com a pergunta formulada pelo deputado Rodolfo, mas acrescentou que certamente a bancada da CDU saberá dar-lhe a resposta. A Câmara herdou o que deixou de existir nos mais diversos serviços há já alguns anos, ou seja, a preservação e a manutenção de edifícios, espaços públicos, jardins, etc...

Sugeriu que o deputado Rodolfo faça uma visita aos principais pontos do concelho, onde verificará que comparando com anos anteriores que o concelho está diferente relativamente ao que evoca.

O executivo está a acompanhar as obras da Escola da Restauração, mas com autorização do presidente da Câmara, o vereador Pedro Lavrado informou quais os motivos que levaram ao seu prolongamento, nomeadamente, o Caderno de Encargos prever uma cláusula em que as obras no interior da escola e as obras do recreio deveriam ser feitas no período da pausa escolar, ou seja, entre 15 de julho e 15 de setembro, o que não se verificou, tendo causado constrangimentos no decorrer da obra os quais foram referidos pelo empreiteiro. A Câmara aceitou a justificação do empreiteiro para prorrogação do prazo de conclusão, ficando assim para 30 de maio próximo.

Informou ainda, que o sistema de climatização da escola também será alterado.

O vereador Vasco Pinto e por indicação do presidente da Câmara, relativamente ao horário da Biblioteca, informou que levará a reunião de Câmara uma proposta com a alteração final dos horários, distinguindo-se dois: horário de verão e horário de inverno, para tentar adaptar os equipamentos à procura e ainda que esta política também será sensível a outros serviços da Cultura.

A propósito da modalidade de *futsal*, o presidente da Câmara informou que o executivo é favorável à convergência de esforços, porque ficam a ganhar o Município, as entidades e as coletividades inerentes à prática desta modalidade ou de qualquer outra. Aproveitou ainda, para informar das obras de requalificação de espaços desportivos que se irão realizar no concelho, que irão contribuir para mais e melhor prática desportiva.

Esclareceu também que a reabertura da rua João Facco Viana é definitiva e é pura coincidência com o início das obras de requalificação do Miradouro Amália Rodrigues. A reabertura tem a ver com os fundamentos apresentados pelo comandante do posto local da GNR, pelo comandante dos bombeiros de Alcochete e com o apoio das equipas técnicas da Câmara, tendo em conta o que a legislação prevê em termos de segurança das pessoas.

- Henrique da Câmara:

Solicitou ao presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco um ponto de situação em relação ao multibanco em S. Francisco.

- João Santos:

Informou que desde logo, a junta de freguesia se envolveu com a entidade que instalou o multibanco, ou seja o Banco Santander, no intuito de que rapidamente a situação fosse reposta, contudo e apesar das insistências, o Banco nunca deu um passo em frente.

A determinada altura, a junta de freguesia reuniu com a Câmara para expor a situação e deu a entender que poderia ser a Caixa de Crédito Agrícola a resolver a situação. Após reunião com as três entidades, ficou assente que esta entidade bancária irá instalar o multibanco, ao lado do atual espaço e que será construído um *bunker* pela Câmara Municipal. A máquina será colocada pela Caixa Agrícola e a junta de freguesia fornecerá gratuitamente a eletricidade para funcionamento do equipamento. O prazo de conclusão é de cerca de 60 a 90 dias.

- Rodolfo Pereira:

Reiterou o seu anterior pedido de informação.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que o largo da Feira se apresenta da forma que está, porque em breve irão começar as obras de requalificação do Miradouro Amália Rodrigues e há necessidade de numa parte do largo se fazer estacionamento com reforço de iluminação pública para os moradores da avenida dos Combatentes da Grande Guerra em virtude das obras de substituição das infraestruturas do subsolo que irão ocorrer na via.

Informou também, que existe um projeto que já tem alguns anos, que respeita a um projeto de investimento de promoção imobiliária na antiga fábrica do Orvalho. Quem o fizer requalificará o espaço, pelo que do ponto de vista da gestão autárquica arriscar naquele espaço não parece ser boa gestão.

Disse ainda, que no referido largo irá ser instalado o estaleiro da obra de requalificação do Miradouro.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Ana Luísa Lourenço em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “44.º Aniversário da Revolução de Abril e do 1.º de Maio”.(Doc 8 anexo à Minuta da Ata)

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (PS, CDU, CDS-PP) e 2 abstenções (PSD).

- Francisco Silva, apresentou em nome do PSD uma proposta sobre “Regulamentação do Conselho Municipal de Segurança”.(Doc 9 anexo à Minuta da Ata)

Sobre o assunto entrevistaram os deputados Pedro Ferreira, Luiz Batista, Ricardo Loureiro, Francisco Silva e o presidente da Câmara e pela intervenção deste (que afirmou que este Conselho já está criado), o PSD através de Luiz Batista, retirou a proposta, mantendo-a contudo em suspensão até informação esclarecedora por parte da Câmara Municipal sobre o referido Conselho.

- Carla Pereira, em nome do PS, apresentou uma Saudação sobre “25 de Abril de 1974: 44 anos a viver em democracia”.(Doc 10 anexo à Minuta da Ata)

- Carla Pereira, em nome do PS, apresentou uma Saudação sobre “1.º de Maio de 1886”.(Doc 11 anexo à Minuta da Ata)

- Ana Lúcia Maduro, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor ao “Movimento Associativo do Concelho de Alcochete”.(Doc 12 anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Ana Lúcia Maduro, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor sobre “Chama da Solidariedade”.(Doc 13 anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Carla Pereira, em nome do PS, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Odete Correia.(Doc 14 anexo á Minuta da Ata)

Submetido à discussão, o presidente da Assembleia Municipal propôs que o cumprimento do minuto de silêncio inscrito no texto, se estendesse também ao próximo Voto de Pesar, o que foi aceite.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

- Carla Pereira, em nome do PS, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de António Cruz.(Doc 15 anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.

- Diogo Mourão, em nome do PS, apresentou um Voto de Congratulação pela “Criação do Conselho Municipal da Juventude”.(Doc 16 anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD) e 10 abstenções (CDU).

- Rodolfo Pereira, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção “Contra a reabertura definitiva da rua João Facco Viana”.(Doc 17 anexo à Minuta da Ata)

Submetida à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Afirmou que apesar de não considerar uma solução ideal, entende que a atual é melhor que a que foi encontrada pelo anterior executivo.

- Rodolfo Pereira:

Complementando a moção, afirmou que as questões de segurança são muito importantes. O anterior percurso é estreito mas não é alternativa obrigatória e a pretensão prende-se com a diminuição de carros no local.

- Natacha Patinha:

Enquanto presidente da Junta de Freguesia de Alcochete e após ter sido tomada decisão sobre uma matéria que considera sensível, entende que deve haver reflexão sobre a matéria, pelo que em face disso, realçou, que há uns anos era notória uma grande prevalência para os automóveis e as cidades eram construídas de forma que as pessoas pudessem adquirir carros e isso era uma das condições de desenvolvimento das cidades. Porém com o passar do tempo os níveis de poluição aumentaram substancialmente, pelo que já desde há algum tempo, nas grandes metrópoles urbanas, se assiste à inversão da situação, ou seja, reduzir ao máximo a circulação dentro das metrópoles e criar zonas de lazer e zonas pedonais. Face ao exposto considera que não foi tomada uma boa decisão, porque prejudica o interesse público da população que se deve sobrepor ao interesse privado.

Questionou se o piso da rua se irá manter?

- Diogo Mourão:

A propósito das questões de segurança que também deve ser alargada aos comerciantes, questionou como se explica que desde o encerramento tenham fechado quatro ou cinco estabelecimentos naquela área?

Lembrou que os pescadores não foram ouvidos e as melhorias previstas para estes não aconteceram, para além das 540 assinaturas, entre as quais as de quatro comandantes e ex-comandantes dos bombeiros, que foi ignorado.

Causou-lhe estranheza a apresentação da moção por parte da CDU, quando no mandato anterior foi apresentada uma moção na Assembleia de Freguesia de Alcochete que a CDU viabilizou e que era contra o encerramento da rua João Facco Viana.

- Álvaro Costa:

Alertou para o facto de às vezes o que parece pouco importante (como os buracos na estrada) na verdade é muito importante e apesar de cada um ter a sua opinião, há factos que considerou indesmentíveis.

Considera que a ponte-cais, a igreja da Misericórdia e o pelourinho formam o ex-líbris da vila de Alcochete daí a necessidade de os proteger e ao fazê-lo proteger-se-á a população que ali passa e usufrui do espaço, o que não acontecerá com a abertura de uma rotunda interna junto a estes espaços que devem ser de lazer e onde se encontram restaurantes e esplanadas.

A anterior solução poderia não ser a ideal mas era a correta, tanto mais que este assunto parece tratar-se de uma birra, em que os interesses de um pequeno grupo que sempre lutou contra a anterior solução por motivos pessoais e alguns interesses mesquinhos.

- Presidente da Câmara:

Frisou que nada move o executivo que não seja o interesse público e este pode ser diferente na opinião dos vários deputados. Não existe nenhum interesse privado subjacente a esta decisão e a rua Comendador Estêvão de Oliveira ser dada como exemplo na abordagem deste assunto não será um bom exemplo.

Reiterou que a abertura da rua é definitiva enquanto o executivo perdurar, porque o assunto foi analisado e ouvidas as pessoas e comerciantes, para além de terem lido e analisado as mais de 500 assinaturas de quem vive na zona e desenvolve a sua atividade económica.

Não irá ser construída nenhuma rotunda e de acordo com informações técnicas não há necessidade de substituir o piso, não excluindo no entanto que daqui a algum tempo não venha a ser necessário.

- Vereador Estêvão Boieiro:

Com autorização do presidente da Câmara, esclareceu que na citada sessão da Assembleia de Freguesia de Alcochete não houve apresentação de nenhuma moção ou votação. Houve sim, uma pergunta feita pelo público ao presidente da junta de freguesia, o que torna impossível ter havido moções. Votou contra, porque quando lhe mostraram o projeto, a rua estava aberta e não lhe comunicaram a decisão de fecho. Entendeu que era presidente da junta e deveria ter sido ouvido; posteriormente o vereador José Luís Alfélua informou-o que a alteração surgiu no decorrer da obra. Na sessão não houve moções nem votações, registando-se no final da reunião quando foi dada a palavra ao público.

- Presidente da Câmara:

Após esta intervenção, afirmou que a mesma não corresponde à verdade. Esteve presente na citada sessão e pela bancada do PS foi apresentada uma moção contra o encerramento da rua que foi votada e aprovada por maioria.

Após a insistência do vereador Estêvão Boieiro em afirmar que falou verdade, o presidente sugeriu que fosse lida a ata para esclarecimento das posições.

Submetida à votação, foi rejeitada por 14 votos contra (PS, PSD, CDS-PP) e 10 votos a favor (CDU).

Ricardo Loureiro fez declaração de voto em nome do PS.(Doc 18 anexo à Minuta da Ata)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. João Carraça:

Congratulou-se com a abertura da rua João Facco Viana ao trânsito, sublinhando ser uma opinião partilhada por uma grande maioria da opinião pública, explanando sobre prós e contras da anterior e presente solução e solicitou que seja verificada a legalidade da colocação de um toldo num estabelecimento comercial, o qual tapa a visibilidade de um brasão muito antigo.

- Sr. Jerónimo Cachimbo:

Afirmou ter ficado orgulhoso com o facto de ter ouvido das bancadas do PS e da CDU a expressão “25 de Abril”, porque também foi um militar de Abril, porém, lembrou que o *25 de Abril* esteve em perigo aquando do *25 de Novembro*.

-Sr. Carlos Paixão:

Considera uma constatação que as infraestruturas desportivas no concelho estão perfeitamente decadentes, daí pretender perceber qual é o entendimento político que a Câmara faz no que diz respeito às parcerias público-privadas, para equacionar a apresentação de propostas ao nível das infraestruturas que existem, dado que como entidade privada terá mais capacidade para resolver, da que tem a parte pública, ficando à espera de propostas para pode concorrer.

- Presidente da Câmara:

Respondeu dizendo que o que move o executivo é a servidão da causa pública e se esta passar num caso ou noutro por parcerias público-privadas não vêm nenhum problema em fazê-lo desde que privilegie a população e o município em particular.

O presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, após o que foram retomados os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Não se registaram pedidos de intervenção.

PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2017 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2017

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

Sucintamente referiu:

Considerou estes documentos fundamentais e verdadeiros. Apesar de durante a campanha eleitoral a argumentação política ser de que a situação era desastrosa, com um endividamento escandaloso (mantendo-se durante as reuniões de Câmara seguintes à tomada de posse), a verdade é que os documentos mostram que isso não correspondia à verdade. Apresentadas as Contas e encerrado o ano, conclui-se que o resultado líquido do exercício é de dois milhões duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e vinte euros e sessenta e nove cêntimos positivos, o que traduz a robustez da condição financeira da Câmara. O saldo que passa para a gerência do ano seguinte é de quatro milhões seiscentos e vinte sete mil, dez euros e oitenta e cinco cêntimos, sendo portanto, um saldo positivo, apesar de parte deste já estar comprometido para obras a executar, as quais deveriam ter tido início em dezembro mas, só tiveram o seu início sem março.

Referiu também, que o exercício de 2017 traduz três anos de reestruturação financeira do município, agudizado com o corte de verbas do Orçamento de Estado, porém e apesar disso, fica demonstrado que o anterior executivo ao mesmo tempo que fazia investimentos fazia também a reestruturação da situação económica da autarquia, passando assim, para o novo executivo uma condição financeira sã, robusta e com condições para desenvolvimento de projetos já aprovados e previstos a desenvolver no futuro.

Considerou estas questões muito sérias, dizendo que se o relatório apresentado pelos revisores oficiais de contas for lido com atenção, ele traduz um elogio à gestão do município em 2017, para além de que o executivo também aprovou as Contas e o Relatório.

A Câmara de Alcochete faz parte do grupo de autarquias que estão equilibradas, com finanças sãs e com capacidade de endividamento na ordem dos dois milhões e quatrocentos mil euros.

- Presidente da Câmara:

Sucintamente referiu:

De facto, tudo o que foi dito no que diz respeito ao Relatório e à responsabilidade dos revisores oficiais de contas é correto e nunca ninguém do executivo afirmou o contrário. O que sempre foi dito é que enquanto gestor, não entende que a situação financeira da Câmara seja considerada confortável.

Voltou a referir uma vez mais, que quando o executivo tomou posse, os valores em dívida na Câmara a curto, médio e longo prazo eram de oito milhões novecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e dezanove euros e cinquenta e cinco cêntimos, acrescentando a este valor a provisão inerente à Simarsul de oitocentos e onze mil, duzentos e noventa euros e oitenta e seis cêntimos, o que perfaz um total de dívida a curto, médio e longo prazo de nove milhões oitocentos mil, oitocentos e dez euros e quarenta e um cêntimos, porque não se pode garantir que a Câmara tenha ou não que pagar o valor em dívida à Simarsul, porque que se aguarda a decisão do Tribunal. Face aos dados apresentados insistiu para que alguém prove que não ser verdade o que afirma.

Disse também, que no final do ano, muito por força dos impostos diretos e indiretos, o município arrecadou uma receita extraordinária (por força do IMT) o que foi muito bom.

Por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 114/2014 que entrou em vigor em março de 2015, o executivo entendeu efetuar um pagamento à Simarsul no valor de um milhão e cinquenta mil euros, resultando daqui a diminuição da dívida no final do ano.

Em relação aos limites de endividamento para 2018 estes são de dois milhões e setecentos mil euros (menos cento e cinquenta mil que no ano anterior), contudo, esclareceu que um milhão, duzentos e trinta mil euros são para o financiamento da requalificação e ampliação da Escola do Valbom, pelo que que na verdade, é apenas a verba sobrança que conta para 2018.

Embora concorde com muitos dos projetos do anterior executivo, a verdade é que a Câmara não tem capacidade para lhes dar seguimento, considerando-os verdadeiras utopias, como por exemplo a construção da ciclovia para ligar o *Freeport* à Igreja Matriz.

Salientou que comparando com o ano de 2010 o Município de Alcochete recebe muito menos verbas do Orçamento de Estado, apesar de tendencialmente se entrar em fase de crescimento.

- Ricardo Loureiro:

Enquanto gestor com formação na área financeira, jamais classificaria a situação de confortável ou robusta, mas também não classificava de desastrosa ou catastrófica.

Em relação ao Relatório e às conclusões da auditoria, solicitou os seguintes esclarecimentos quanto ao referido nas alíneas c) e e) da página 13 e também das alíneas b) e d) da página 11, bem como, no que se refere a taxas e multas a evolução ter sido muito estável, questionando se se deve ao facto de haver uma unidade orgânica que teve sem chefia durante longo tempo.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que de facto existia uma unidade orgânica sem chefia há já algum tempo, respeitante à gestão do território, urbanismo entre outras atividades económicas

relevantes. A solução encontrada foi nomear por substituição o engenheiro Vitor Carvalheira. É uma verdade indesmentível que foram transacionados pelo anterior Chefe de Divisão um grande conjunto de processos relacionados com urbanismo, já com cerca de três e quatro anos de atraso. Saliente-se que se trata do coração financeiro de uma autarquia. Também, dos cerca de cento e cinquenta processos de contraordenação já em fase de prescrição, em conjunto com outros, poderiam ter implementado um refluxo financeiro significativo na rubrica onde o deputado Ricardo Loureiro vê estabilidade.

A discrepância de entradas de TPA parece-lhe ser meramente residual.

A solicitação do presidente da Câmara e com a concordância do presidente da Assembleia Municipal, a Dr.^a Cláudia Santos, esclareceu que, grande parte dos valores que em aberto para reconciliação têm a ver com a altura em que foi feita a transição do programa de Águas. Os Serviços estão a trabalhar no sentido de em 2018 tanto quanto possível esta situação possa ficar resolvida.

Em relação ao TPA corroborou a informação do presidente da Câmara e relativamente à diferença de vinte seis mil euros, existente entre os diversos sistemas de faturação, tem sobretudo a ver com o sistema de Águas, que apesar de estar integrado, pelo facto de ter um histórico para trás, que foi gerador de diferenças, está a ser analisado pela empresa “Software House”, para que de futuro não existam estas diferenças.

Informou ainda, que uma grande parte dos processos de execução fiscal (95%) do serviço de Águas já se encontra prescrito e em muitos casos já não é possível contactar/notificar os titulares dos contratos. A dívida que ainda não foi para execução fiscal é da responsabilidade da sua unidade orgânica.

- Presidente da Assembleia:

Questionou se estão lançadas todas as faturas da Simarsul? Apesar de a Lei não obrigar e se estiverem todas lançadas e dado existir uma provisão de oitocentos e cinquenta mil euros, destinar-se-á a pagar encargos judiciais e juros de mora?

O presidente da Câmara corrigiu dizendo que a verba é de oitocentos e onze mil euros e a Dr.^a Cláudia Santos esclareceu que tem a ver com a faturação de 2013 que não está registada na conta de fornecedores, explicando detalhadamente a situação, e em resposta ao presidente da Assembleia informou que o critério de previsão é de 100%.

De seguida fez uma apreciação técnica dos documentos, referindo que a dívida de curto prazo é superior em dois milhões às possibilidades que a autarquia tem, o que em qualquer entidade pública ou privada é um fator de desequilíbrio financeiro, porque o curto prazo é aquilo que se irá pagar em menos de um ano. As disponibilidades geradas não chegam para as dívidas de curto e médio prazo, pelo que a situação não é confortável. A dívida a fornecedores é de seis milhões, considerando por isso que a capacidade de endividamento não é extraordinária.

Chamou a atenção para o facto de entender (e pensar que o executivo corrobora) que a Câmara não tem que dar lucros, mas sim aplicar as verbas que tem ao serviço da

população. A situação financeira não é ótima, mas é melhor que nos anos anteriores, embora não expresse nenhuma situação de equilíbrio financeiro.

Durante a discussão deste ponto, o presidente da Assembleia Municipal solicitou a continuação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

- Álvaro Costa:

Reiterou o já anteriormente afirmado quanto aos resultados líquidos da autarquia que considera positivos e lembrou também e uma vez mais, o historial da dívida à Simarsul, considerando também que há condições para a execução da obra da construção de ciclovia a ligar o Freeport à Igreja Matriz, frisando até que entende ser uma obra estruturante, para além das também obras de requalificação da rua do Láparo e do Pinhal das Areias.

Na sua opinião as dívidas dos Municípios são dinâmicas e a gestão deverá controlar os compromissos que têm mensalmente que cumprir e estas condições estão criadas na Câmara Municipal, a menos que os documentos do movimento económico apresentados mensalmente não correspondam à verdade.

- Presidente da Câmara:

Reiterou uma vez mais tudo o que já foi afirmado quer na Assembleia quer na Câmara quanto às Contas e às candidaturas para a rua do Láparo e outras obras atrás indicadas e ainda sobre a dívida à Simarsul.

- Luiz Batista:

Sucintamente referiu:

As Contas apresentadas são as que resultam da responsabilidade do anterior executivo, apesar de os dois últimos meses de 2017 já serem da responsabilidade do atual executivo. Lembrou que o PSD votou contra o Orçamento do qual resultaram as Contas em apreciação e fê-lo porque já adivinhavam que haveria condições para diminuir os impostos e a sobrecarga destes sobre os munícipes, dado a Câmara ter colocado o IRS na taxa máxima, assim como a Derrama, pelo que não vê nenhum mérito nos presentes documentos. Houve sim demérito, porque a dívida chegou aos catorze milhões. A gestão foi pouco cuidada e em benefício de uma força política.

Salientou que na Despesa (porque se estava em ano eleitoral) os munícipes pagaram os “outdoors” que a CNE mandou retirar, bem como os livros da propaganda que também mereceram desaprovação da CNE e ainda as sondagens, o que é bem demonstrativo do desrespeito pelo dinheiro dos contribuintes, defendendo inclusive, que esta situação poderá configurar peculato.

Entende ser obrigação da Câmara pagar as dívidas e o saldo de gerência deveria ser canalizado para diminuir as mesmas.

- Pedro Ferreira:

Lembrou que o problema em termos de receita resulta de dependência que os municípios têm dos impostos. O deputado Luiz Batista que defende tantos os seus Governos, também tem a obrigação de defender que estes apliquem a Lei das Finanças Locais, coisa que nunca fizeram, porque são muitos milhões retirados a todos os municípios e não sabe mesmo se esta situação também não pode configurar uma situação de peculato, em analogia pelo proferido pelo deputado Luiz Batista.

Quanto à dívida à Simarsul, entende que seja qual for a decisão do Tribunal e admitindo mesmo o cenário mais negativo, certamente que esta não deverá ser paga logo no imediato, mas sim de forma faseada, como tem acontecido noutros casos.

O documento em apreciação tem muita coisa positiva como a redução da dívida e a redução do prazo médio.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Reiterou que não questiona a dívida, mas sim a estrutura da dívida. A dívida de curto prazo é um risco e o passivo de médio e longo prazo deveria ser maior que o de curto.

- Álvaro Costa:

Se o deputado Luiz Batista ler os balancetes mensais, verificará que no futuro próximo continuam a existir condições para cumprir financeiramente os compromissos e cada um faz a gestão que entende fazer.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (PS e CDU), 3 abstenções (CDS-PP) e 2 votos contra (PSD). (Documento anexo à minuta como Doc 19)

- Henrique da Câmara fez declaração de voto em nome da CDU; (Documento anexo à minuta como Doc 20)

- Carla Pereira fez declaração de voto em nome do PS; (Documento anexo à minuta como Doc 21)

- Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD. (Documento anexo à minuta como Doc 22)

Sendo 02:00 horas, o presidente da Assembleia Municipal suspendeu a sessão e encerrou os trabalhos da Assembleia Municipal, marcando a continuação dos trabalhos para o dia 23 de abril, pelas 21:00 horas, no salão Nobre dos Paços do Concelho.

REUNIÃO DA SESSÃO DE 20 DE ABRIL DE 2018, REALIZADA EM 23 DE ABRIL de 2018

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Alcochete, para continuação dos trabalhos da sessão de 20 de

abril de dois mil e dezoito, sob a presidência do Dr. Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro e Diogo da Silva Mourão.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Susana Isabel Marques Pereira Maia, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Rodolfo Soares Marques Pereira e Rui Manuel da Braça Santa.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, João Ricardo Figueiredo Lopes e Alexandra Isabel da Silva Braz.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata

- Luiz Branco Batista e Francisco Maria Viseu Gomes da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete; Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, Bruno José Pereira Soares e Ana Mafalda Boieiro Marques, tendo sido substituídos por Rui Manuel da Graça Santa, Diogo da Silva Mourão e Alexandra Isabel da Silva Braz, respetivamente. (Docs 23,24,25 anexos à Minuta da Ata)

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

Na continuação dos trabalhos, o presidente da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte ponto:

**PONTO TRÊS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO INVESTIMENTO
A SER FINANCIADO POR EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E
LONGO PRAZO NO VALOR DE €1 230 000,00**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Explicou que pelo facto de o investimento necessário para as obras de requalificação e ampliação da escola do Valbom ultrapassar os 10% das despesas de investimento do orçamento em exercício, torna-se necessária a aprovação da Assembleia Municipal.

- Álvaro Costa:

Afirmou que o presente ponto não se desliga do anterior, realçando ser importante que a proposta seja analisada à luz dos resultados que as contas traduzem, com saldos positivos, caso contrário este pedido de empréstimo teria muitas dificuldades em ser traduzido em números para financiamento da autarquia. Referiu também, que os resultados obtidos também tenham sido obtidos com a receita extraordinária do IMI, contrariamente ao afirmado pelo presidente da Câmara.

Referindo-se à intervenção do deputado Luiz Batista, afirmou que este também desvalorizou as contas apresentadas, chegando inclusive ao ponto de acusar o anterior executivo de peculato (duvidando que este saiba o seu significado, senão tornar-se-ia ainda mais gravoso) tanto mais que a apreciação é de documentos da autarquia e não de documentos partidários. Na sua opinião, levantar atoardas de forma tão ligeira, fica mal ao deputado e ofende a dignidade da anterior equipa.

- Luiz Batista:

Congratulou-se com o facto de haver condições para recuperação da escola, dado que à exceção do Centro Escolar de S. Francisco, o anterior executivo deixou chegar as escolas a um ponto deplorável.

Questionou se nos montantes e nas contas ficará assegurado o funcionamento da escola com as obras a decorrer?

- Ricardo Loureiro:

Questionou quais os valores em dívida em outubro de 2017 e os que estavam em dívida no final do ano e quanto é que o atual executivo já saldou de dívida e também qual o montante que o atual executivo propõe pedir de dívida, para perceber o que está a ser feito em termos de estratégia?

- Álvaro Costa:

O executivo tomou posse em outubro de 2017 e fez a sua gestão a partir daí até ao final do ano, mas o orçamento era do anterior executivo. Entende que a dívida é controlada porque tudo o que se pagou foi sempre inferior ao que se recebeu, sendo este um parâmetro que determina a gestão. O atual executivo, na senda do que vinha a acontecer

até outubro, acompanhou a cadência dos serviços, dado que só depois da tomada de posse, quem entra, toma conhecimento dos *dossiers* e começa a trabalhar neles. Se a dívida não estivesse controlada não seria possível aprovar a proposta em discussão.

- Presidente da Câmara:

Retificou a afirmação do deputado Álvaro Costa, dizendo que na última sessão da Assembleia Municipal quando falou em receita extraordinária não se referiu ao IMI mas sim ao IMT e realçou uma vez mais que o atual executivo (contrariamente ao anterior) deu cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei 114/2014 até ao final do ano, liquidando um milhão e cinquenta mil euros, impedindo assim que a qualquer momento o município de Alcochete fosse autuado com coimas que poderiam chegar a meio milhão de euros.

Submetida á votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Doc 26 anexo á Minuta da Ata)

PONTO 4 – AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE €1 230 000,00 – ANÁLISE DE PROPOSTAS E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que o projeto vem do anterior executivo com o qual o atual manifestou total concordância, no que respeita à requalificação e ampliação da escola do Valbom. Apesar da concordância, gostariam muito mais de estar a apresentar o projeto para construção de um novo centro escolar, contudo não é possível, apesar de ser urgente reunir condições para a construção do mesmo.

A obra que se irá desenrolar na escola do Valbom não resolve definitivamente o problema da educação no concelho de Alcochete, mas pelo menos, nesta escola fica o problema sanado, criando uma bolsa que permitirá deixar de ter lista de espera para o pré-escolar.

O financiamento será feito a dezoito anos e este poderá ser liquidado parcial ou totalmente a qualquer momento, sem qualquer penalização para o município. O procedimento desenrolou-se de acordo com as disposições legais, tendo sido remetidas dez consultas (quatro não apresentaram proposta).

- Álvaro Costa:

Pessoalmente, ficou satisfeito por de entre as propostas rececionadas ter sido a Caixa Agrícola quem ofereceu as melhores condições, por esta ser uma instituição do concelho.

Concorda com o presidente no que respeita às infraestruturas do ensino e lembrou que o centro escolar de S. Francisco foi a obra mais cara que alguma vez foi feita no concelho.

Espera que as finanças da autarquia mudem e que a Lei das Finanças Locais seja revista e que os governos mesmo sem ela ser revista, cumpram, que é o que não acontece desde há muitos anos.

-Francisco Gomes:

Afirmou que o PSD de Alcochete é favorável ao objetivo final deste empréstimo para a obra a que se destina. As dúvidas que têm e sem quererem ser entrave ao investimento, entendem que se houvesse mais coragem, vontade política e visão de futuro seria possível fazer um novo Centro Escolar que respondesse às necessidades da população a médio e longo prazo, porque com o empréstimo a dezoito anos e independentemente de poder ser pago parcialmente ou antecipadamente, a dívida continua a existir, acabando por hipotecar as gerações futuras, numa altura em que a Câmara ainda tem um litígio em Tribunal com a Simarsul, na altura em que o aeroporto está na eminência de vir para o concelho podendo vir a ter despesas adicionais, esperando assim, que o empréstimo não discuta a capacidade de endividamento para investimentos que se possam vir a fazer noutras áreas.

- Ricardo Loureiro:

Ao analisar as Contas não percebe qual é a necessidade de se recorrer a um financiamento a dezoito anos para €1 200 000,00, porquanto na qualidade de analista financeiro entende, que se isto não é sinónimo de uma situação pouco desafiada então não sabe. Lembrou ainda a herança deixada pelo anterior executivo quer ao nível das contas quer de infraestruturas degradadas.

- Fábio Bernardo:

Entende de demagógica a posição do anterior deputado, porque este tenta denegrir ao máximo a anterior gestão, contudo, também questiona o que foi deixado ao executivo CDU em 2005?

- Sérgio Simões:

Referindo a intervenção de Francisco Gomes face ao novo centro escolar, lembrou que o Centro Escolar de S. Francisco custou cerca de 3 milhões de euros e se a capacidade de endividamento é inferior a este valor, logo não seria possível considerar-se a hipótese válida.

Lembrou ainda, que há cerca de nove anos atrás, um vereador afirmou que a escola do Valbom não seria requalificada porque iriam construir um Centro Escolar na Quebrada, o que não se verificou, logo a presente obra peca por tardia.

- João Lopes:

Lamentou que apenas ao fim de várias intervenções, se tenha finalmente falado de alunos e da escola, porque se falou muito foi em dinheiro e de tudo o mais. Na sua

opinião, só faz sentido este tipo de planificação quando se pensar na escola e nas crianças que delas usufruem e nos profissionais que lá trabalham.

As escolas devem estar capacitadas, sem chover nas salas e com climatização, para poderem receber alunos dos quatro aos nove, dez anos e este aspeto é muitas vezes esquecido.

- Álvaro Costa:

A propósito do futuro lembrou as condicionantes que o governo PSD/CDS impôs, que levaram a que não tenha sido possível ao anterior executivo construir o Centro Escolar da Quebrada, acrescentando que a gestão dos executivos é feita como se pode e não como se quer.

- Ana Lúcia Maduro:

Em relação à Educação, considera gratificante que o concelho de Alcochete seja um dos mais atrativos da península de Setúbal. Existem muitos novos moradores mas torna-se necessário que se lhes dê condições e o parque escolar neste momento é vergonhoso. Lamentavelmente ao longo de 12 anos o parque escolar não teve remodelações. A crise não pode ser desculpa para tudo, a gestão também é culpada.

- Henrique da Câmara:

Esclareceu a deputada Ana Lúcia, dizendo que se calhar o que se investiu em S. Francisco (cerca de três milhões e meio) tinha dado para reestruturar três escolas tal como se irá fazer na do Valbom, pelo que assim, agora não poderia afirmar que nada foi feito durante doze anos. A opção foi construir o centro escolar de S. Francisco que é de referência.

Recordou ao deputado Ricardo Loureiro não ser necessário andar a criticar sempre o anterior executivo, porque será o povo que daqui a quatro anos fará a sua escolha.

- Presidente da Assembleia:

Informou que iria votar favoravelmente, contudo é muito sensível quando se passa dívida para outras gerações, porém como estes gastos são para elas, considerou ser de toda a justiça que o esforço direcional seja feito na atual geração.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.(Doc 27 anexo à Minuta da Ata)

Ana Lúcia Maduro fez declaração de voto em nome do PS.(Doc 28 anexo à Minuta da Ata)

Francisco Silva fez declaração de voto em nome do PSD, relativamente aos pontos 3 e 4 da Ordem do Dia.(Doc 29 anexo à Minuta da Ata)

PONTO 5 – 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018 – PPI e AMR

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Realçou o mais importante na Revisão: requalificação dos estabelecimentos de ensino com especial incidência para a escola do 1.º ciclo do Passil durante o corrente ano; revisão do PDM que não sofre revisão desde 1997; operação de reabilitação da escola do Valbom; requalificação da igreja da Misericórdia de Alcochete (com candidatura aprovada), recolha e tratamento de efluentes; aquisição de viatura de RSU; requalificação de infraestruturas desportivas, nomeadamente o pavilhão do Samouco e campo de futebol da Quinta da Praia e polidesportivo de S. Francisco; requalificação de parques infantis no concelho e em particular no Passil, entre outras intervenções.

- Luiz Batista:

Afirmou que a Revisão e o Orçamento são da gestão direta do executivo, com aplicação do saldo que transitou do ano anterior, responsabilidade da CDU, e o saldo só foi possível com base na receita dos impostos. Lembrou que durante os anos de 2016 e 2017 o IMI e o IRS foram pagos à taxa máxima e a Derrama também em parte no máximo em virtude do plano de saneamento financeiro, com o objetivo fundamental de a dívida ser paga, por isso, para o PSD o que deveria ser feito seria agarrar naquela verba e abater na dívida, resultando daí uma maior capacidade de endividamento.

- Álvaro Costa:

Considera estes documentos muito importantes e a sua responsabilidade é do atual executivo, que tem liberdade para os usar como ferramentas de planeamento.

Questionou o que seria esta Revisão se os saldos tivessem sido negativos?

Entende haver uma obsessão com a dívida e no país também foi assim, sendo que num período de 8 a 10 anos não havia dinheiro para nada, mas após a modificação do Governo as políticas são outras e a recuperação aconteceu. Considera obviamente que tem que haver preocupação, mas quando a dívida ultrapasse o que a Lei determina e que a planificação não permita cumprir com as obrigações financeiras no final do mês.

- Luiz Batista:

Realçou que a cobrança de impostos não é insignificante, porque só no ano anterior na componente do IMI, com o aumento, a Câmara obteve trezentos mil euros, pelo que considera ser necessário reduzir os impostos em Alcochete. Acrescentou ainda, que com o dinheiro dos outros também ele seria muito rico e isso é o que aconteceu com a Câmara dos comunistas.

- Pedro Ferreira:

Respondendo ao anterior deputado, frisou que a obsessão deste não é com a dívida, mas sim com os comunistas, considerando que demonstra um anticomunismo primário que já não se usa nos dias de hoje.

- Presidente da Câmara:

Explicou que com o pagamento dos 50% à Simarsul e de cem mil euros à Plural, estes valores irão ter intervenção direta no pagamento médio a fornecedores, contudo, provavelmente no próximo ano já se terá um limite de endividamento superior ao do corrente ano.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor (PS e CDS-PP) e 12 abstenções (CDU e PSD).(Doc 30 anexo á Minuta da Ata)

PONTO 6 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2018

Após uma breve explicação do presidente da Câmara, a proposta foi submetida à discussão e votação e foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor (PS e CDS-PP) e 12 abstenções (CDU e PSD).(Doc 31 anexo à Minuta da Ata)

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD. (Doc 32 anexo á Minuta da Ata)

Miriam Boieiro fez declaração de voto em nome da CDU.(Doc 33 anexo à Minuta da Ata)

Ricardo Loureiro fez declaração de voto em nome do PS.(Doc 34 anexo à Minuta da Ata)

PONTO 7 – CONTRATAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO / REVISOR OFICIAL DE CONTAS, EM CUMPRIMENTO DO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

Considerou os custos apresentados razoáveis, mas perguntou se foram apresentadas mais propostas.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que dando cumprimento ao estipulado na Lei foram consultadas no mínimo três entidades. A proposta agora apresentada irá custar ao município €22 500,00 que corresponde à despesa total dos anos de 2018, 2019 e 2020, valor abaixo do cobrado pelo atual revisor que era de €27 000,00.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Doc 35 anexo à Minuta da Ata).

PONTO 8 – REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que os municípios que têm estruturas hierarquizadas, flexíveis ao nível das Divisões por cargos de dirigentes intermédios de 2.º grau (Chefes de Divisão) são municípios com unidades orgânicas flexíveis e nestes é competência da Assembleia Municipal definir o modelo de estrutura orgânica no que respeita à estrutura flexível o número máximo de unidades orgânicas flexíveis ao nível da Divisão, o número máximo de subunidades orgânicas e o número máximo de equipas de projeto.

Por uma questão de economia de recursos, que entende fundamental estar na ordem do dia das decisões que tomam na gestão do município e por forma a agilizar os procedimentos, o que se pretende é de facto a alteração ao Mapa de Pessoal. Aos quatro dirigentes intermédios de 2.º grau, pretende-se acrescentar apenas mais um, de forma aos serviços puderam ser cada vez mais eficientes e eficazes, nomeadamente numa Divisão complexa que tem a seu cargo a higiene urbana, jardins e espaços verdes, obras públicas e águas.

- Luiz Batista:

Não concorda com a forma de apresentação da proposta, apesar de não colocar em causa a justeza, a necessidade e até a operacionalidade dos serviços referidos pelo presidente.

Na sua opinião, da futura Divisão já devia constar o nome e quais os serviços a si alocados, para além de que terá uma missão que deverá estar plasmada no ROSM. Em função disto esperava que da proposta apresentada à Assembleia constassem as devidas justificações apresentadas e a alteração ao ROSM, que seria aprovado ou não nesta Assembleia, consoante a sua razoabilidade e seguidamente seria publicado em *Diário da República*. Independentemente da seriedade da proposta entende que da forma como esta está apresentada poderá configurar alguma ilegalidade.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu uma vez mais que o que está a ser apresentado é uma proposta de aprovação do modelo de estrutura orgânica, tendo sido corroborado (com a devida autorização do presidente da Assembleia) pela Dr.ª Ana Sofia Maduro (Chefe de Gabinete).

- Luiz Batista:

Apesar de concordar, não deixa de entender que ao aprovar, quer saber a que se destina o solicitado, pondo apenas em causa a forma como a proposta é apresentada.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor (PS e CDS-PP), 10 abstenções (CDU) e 2 votos contra (PSD). (Doc 36 anexo à Minuta da Ata)

- Miriam Boieiro fez declaração de voto em nome da CDU.(Doc 37 anexo à Minuta da Ata)

- Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD.(Doc 38 anexo à Minuta da Ata)

PONTO 9 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA NO ÂMBITO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – PROC.º 709/2009 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.(Doc 39 anexo à Minuta da Ata)

PONTO 10 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN) E DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL (EEM) – PROC.º 59/16:

- **Modificação objetiva do contrato;**
- **Repartição de Encargos Plurianuais;**
- **Formalização do Acordo de Modificação**

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.(Doc 40 anexo à Minuta da Ata).

PONTO 11 – ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.(Doc 41 anexo à Minuta da Ata)

Diogo Mourão fez declaração de voto em nome do PS (Doc 42 anexo à Minuta da Ata)

O presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 5 minutos, o que foi aceite por unanimidade.

PONTO 12 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE S. FRANCISCO

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Informou que o Acordo resulta de um conjunto de reuniões com o executivo da Junta de Freguesia de S. Francisco, com algumas descentralizações acordadas e acompanhadas das respetivas verbas.

- João Santos:

Na qualidade de presidente da junta, informou que todas as ações descentralizadas estão a ser executadas, acrescentando até, que estas já estavam a ser feitas mesmo antes de o Acordo estar assinado.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.(Doc 43 anexo à Minuta da Ata)

PONTO 13 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ALCOCHETE

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Na sequência do que aconteceu com a Junta de Freguesia de S. Francisco, o mesmo procedimento foi seguido com a Junta de Freguesia de Alcochete. Houve entendimento com a presidente da junta de freguesia tendo a mesma manifestado a sua concordância com o mesmo.

- Natacha Patinha:

Referiu que o Acordo é basicamente o do anterior executivo, sendo a alteração mais importante a passagem da gestão da praia, que deixa de ser competência da junta de freguesia e passa a ser da câmara municipal e que as reuniões ocorreram e foram pacíficas.

Mais disse, que se pode vislumbrar que a Câmara tem condições para aumentar as verbas e transferir competências, mas isso não aconteceu, dando especial ênfase ao artigo 10.º do Acordo.

- Pedro Ferreira:

Afirmou que se assistiu na presente sessão a algo inédito por apenas estarem presentes duas propostas de Acordo (com as quais se congratula) mas não está presente a proposta de Acordo com a junta à qual preside. Também a Junta de Freguesia de Samouco reuniu com a câmara municipal, porém até à data, por vicissitudes várias que elencou, não foi

possível concordar com as propostas apresentadas pela câmara e esta com as propostas da junta de freguesia, sendo a principal discordância a que respeita à limpeza da praia do Samouco, até aqui assegurada pela junta, mas que esta não quer continuar a manter por manifesta falta de meios humanos, reconhecendo mesmo, que o trabalho que foram realizando ao longo de anos foi piorando, pois também este local tem vindo a ser utilizado de forma deplorável e em crescendo.

Mais afirmou, faltar sinceridade, seriedade e honestidade institucional ao presidente da Câmara, porque parece andar a brincar com a Junta de Freguesia de Samouco, como já o provou na situação dos CTT e da Saúde.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.(Doc 44 anexo à Minuta da Ata).

PONTO 14 – REINTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE NA S. ENERGIA – Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita e Montijo

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Informou que o assunto foi pensado e repensado pelo executivo, no sentido de se proceder à reintegração proposta, concluindo ser pertinente propôr a mesma.

- Vereador Vasco Pinto:

Com a autorização dos presidentes da Câmara e da Assembleia e na qualidade de vereador do pelouro, informou que recuperando aquilo que foi a presença do município de Alcochete na S. Energia com o objetivo de a Agência apoiar na promoção de uma política de utilização racional de energia e na valorização de energias renováveis elencou todo o historial desde a adesão em 2008.

A reintegração do município ajudará ao cumprimento das metas, mas também à implementação de medidas junto da comunidade escolar e de promoção de utilização de energias renováveis também através de formação junto dos munícipes e empresas. Em suma, a S. Energia desempenhará um papel ativo junto do nosso município e dotará uma equipa de trabalho que contará com técnicos do município, para a implantação não só do Plano, mas também porque estamos obrigados a de dois em dois anos enviar um relatório com as medidas implementadas à Comunidade Europeia que comprovem a implementação do PAES, bem como dos compromissos assumidos pela adesão ao Pacto de Autarcas.

- Luiz Batista:

Informou que o regresso do município à S. Energia é para ele um enorme orgulho. Aquando da saída, por razões de ordem financeira, foi das pessoas que em sede da Assembleia argumentou e debateu para que tal não acontecesse, dado entender ser um grande compromisso face à pegada ecológica que é um dever de preservação do futuro.

Reduzir 20% da pegada ecológica até 2020 deve ser praticamente impossível, frisando que a preocupação não se deve cingir aos edifícios municipais, devendo envolver e sensibilizar a comunidade, as escolas, a indústria e o comércio nesta temática.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Doc 45 anexo à Minuta da Ata).

PONTO 15 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA PISCINA MUNICIPAL

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Doc 46 anexo à Minuta da Ata).

PONTO 16 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Doc 47 anexo à Minuta da Ata).

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Sr. João Carraça:

Informou estar mandatado por Maria do Carmo Valentim Pina, a qual se encontrava impossibilitada de estar presente, por motivo de saúde, para fazer uma intervenção em seu nome, a qual fica anexa a esta ata como Doc 3 anexo à ata.

O presidente da Câmara face ao pedido formulado na anterior intervenção, informou que desde que não haja confidencial estatal, qualquer processo pode ser consultado por quem de direito, bastando ser feita solicitação junto dos Serviços para consulta do processo.

- Álvaro Costa:

Respeita a intervenção feita por intermédio de segunda pessoa, contudo entende que a argumentação feita contesta a opinião técnica invocada.

- Henrique da Câmara:

Com referência à abertura ao trânsito da rua João Facco Viana, afirmou que já muito foi dito sobre este assunto. Porém, é deputado nesta Assembleia e tenta defender o que for melhor para Alcochete. Por força da sua profissão, informou que passa por muitas localidades e repara que principalmente nas que estão à beira rio, ou beira-mar, têm tido a preocupação de trabalhar viradas para o turismo e Alcochete não será diferente no futuro que se avizinha, pelo que na sua opinião, Alcochete deu um passo atrás com este procedimento, tanto mais que a medida não vem beneficiar o comércio.

Quanto à questão da segurança, lembrou a implementação de esplanadas fixas e interdição ao trânsito, como acontece na baixa de Lisboa entre outras, acreditando que existirá o mesmo problema com o acesso dos bombeiros em caso de emergência.

O presidente da Assembleia Municipal propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

- Ricardo Loureiro:

Relativamente ao brasão aludido na intervenção de João Carraça, questionou qual terá sido o parecer do IGESPAR, solicitando por isso e se possível, a Assembleia Municipal tivesse acesso ao processo que conduziu à atribuição ou não do referido toldo.

- Luiz Batista:

Em relação ao aeroporto na BA6 questionou qual a envolvência da Câmara nas negociações, se a Câmara tem sido ou não chamada e se está na plenitude preparada para representar os munícipes de Alcochete.

- Presidente da Câmara:

Reafirmou que ele e o seu executivo estão preparados para tudo, desde o passado dia 23 de outubro.

Em relação ao aeroporto, essa é uma decisão do Governo, da qual quer o município de Alcochete quer o do Montijo e todos os municípios adjacentes à BA6 têm uma participação praticamente nula, pelo menos nesta fase. Após a tomada de posse e ainda em 2017, reuniu com a Lusoponte e a ANA, para discutir a questão das acessibilidades caso viesse a ser instalada ou não na BA6 a tal situação aeroportuária. Neste pressuposto defendeu o critério rigoroso na confluência do trânsito de forma que o mesmo não fustigasse quer as freguesias de S. Francisco, de Samouco e de Alcochete e com a criação de acessibilidades que pudessem ser provenientes nomeadamente do Parque Industrial do Passil até se chegar à BA6. Informou também, que aproveitando as reuniões, deu conta de uma preocupação que embora não assente para já nas questões relacionadas com o aeroporto ou sem aeroporto, é a necessidade de inclusão de um novo acesso à Ponte Vasco da Gama.

- Quanto à questão levantada pelo deputado Pedro Ferreira, recordou que enquanto presidente da Câmara, está mandatado por esta, para efetuar Acordos de Execução com os respetivos presidentes das juntas de freguesia do concelho e não lhe parece do ponto de vista ético, ser muito correto estar na Assembleia, que não tem poder deliberativo neste sentido, apenas o ratifica, estar a tecer comentários àquilo que é uma negociação no bom sentido da palavra. Apesar deste entendimento, acabou por esclarecer que sempre transmitiu aos três presidentes de junta que os Acordos de Execução não são acordos bíblicos, dado que são apenas uma matriz que os acompanha no exercício das

funções, reservando-se o direito de os alterar em situações que possam ocorrer. O tempo que leva a celebrar os Acordos afirmou ser um problema que apenas a ele diz respeito, porém terá certamente os seus motivos, frisando que apesar de o Acordo ainda não ter sido celebrado com a Junta de Freguesia de Samouco, esta em nada fica prejudicada do ponto de vista financeiro.

A propósito das vicissitudes de que o deputado Pedro Ferreira deu conta, também o senhor presidente esclareceu, exaustivamente, o teor das reuniões mantidas com a Junta de Freguesia de Samouco, indicando entre outras razões, de atempadamente (só após deslocação aos locais acompanhado pelos técnicos da Câmara) não ter tido conhecimento de algumas obras que têm caráter urgente na freguesia do Samouco, como sejam as reparações no pavilhão gimnodesportivo, no campo de futebol e a resolução do problema na rua das Salinas, que exigem um esforço financeiro muito acima daquilo que era suposto.

Sublinhou que no que toca a seriedade e transparência, tem dificuldade em aceitar lições de moral seja de quem for.

- Diogo Mourão:

Depreende das anteriores intervenções, que a grande discórdia está na questão da praia do Samouco, porém não lhe parece ser tanto uma questão partidária porque a Câmara chegou a Acordo com a Junta de Freguesia de Alcochete.

São do conhecimento de todos, os problemas adjacentes à praia do Samouco, que é de gestão complicada, mas não concorda quando o presidente da junta afirma que esta tem vindo a fazer um mau trabalho na praia. Sem querer criticar, na sua opinião, a Junta de Freguesia de Samouco até promove mais iniciativas do que a de Alcochete na praia dos moinhos e na qualidade de dirigente da juventude socialista informou da disponibilidade em ajudar na limpeza da praia em eventos pontuais.

- Pedro Ferreira:

Esclareceu que não colocava em causa as afirmações do presidente da Câmara, mas ressaltou que o último *timing* para a junta se pronunciar sobre a proposta era demasiado apertado acrescentando que fica preocupado quando o presidente afirma que o assunto só diz respeito à freguesia de Samouco porque esta faz parte do concelho.

Quando referiu que a junta estava a fazer um mau trabalho na praia, não se referia às jornadas nem às iniciativas que promovem, mas sim à falta de meios humanos e escassez de materiais para promover uma limpeza condigna numa praia com aquela extensão. Frisou que as obras a efetuar pela Câmara em equipamentos na freguesia do Samouco não têm nada a ver com questão da limpeza da praia.

- Presidente da Câmara:

Após outras apreciações, reserva-se a uma discussão entre os dois órgãos, assim que seja possível, para tratar do assunto da praia.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:50 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente minuta da ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,